



## Entrevista Paulo Câmara

SÓCIO DA SÉRVULO E FUNDADOR DO GOVERNANCE LAB

# Regimes societários idênticos podem facilitar negócios nos países lusófonos

Juristas dos países onde se fala português publicam obra sobre o governo das empresas nessas diferentes geografias e encontram pontos de contacto que podem facilitar o ambiente de negócios

**JOÃO MALTEZ**  
 jmaltez@negocios.pt

É uma nova obra sobre corporate governance e junta as realidades dos países do universo lusófono. A obra, que é lançada esta quinta-feira em Lisboa, encontra várias formas de proximidade no modo como as empresas se organizam e actuam, o que para o advogado Paulo Câmara, fundador do Governance Lab, "pode auxiliar a facilitar o ambiente de negócios entre empresas de países lusófonos".

**Que propósito esteve subjacente à elaboração da obra "A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos"?**

O livro, que será apresentado em Lisboa dia 12, constitui o fruto do trabalho do grupo de investigação Governance Lab, que é um grupo de investigação internacional fundado em 2006 e especializado nos temas do governo das organizações. No caso da publicação referida – a sexta publicação deste grupo –, o objectivo principal da investigação foi o de apurar até que ponto a comunhão linguística determina uma convergência de soluções relacionadas com o governo de sociedades anónimas.

**O mesmo idioma determina ou não uma convergência de soluções relacionadas com o governo de sociedades anónimas?**

É perceptível que cada país lusófono tem as suas singularidades. No entanto, com um exame mais atento, podemos também descobrir algumas proximidades, como é tratado no capítulo introdutório do nosso livro. Com a excepção do Brasil, o regime societário é muito semelhante, o que torna o funcionamento dos órgãos sociais muito próximo.

**Que benefícios podem resultar de uma convergência de soluções no âmbito do governo das sociedades nos países onde o português é a língua oficial?**

Convém clarificar que não constitui objectivo deste trabalho o de sugerir ou recomendar uma convergência de soluções de corporate governance nos países lusófonos. Procura-se antes conhecer melhor os instrumentos de governo de sociedades anónimas nos países lusófonos e compreender quais são as zonas de proximidade e de distanciamento.

**Mas foram ou não detectadas áreas de proximidade?**

Foram detectadas várias áreas de proximidade. Aliás, este dado pode auxiliar a facilitar o ambiente de negócios entre empresas de países lusófonos. Porém, em minha perspectiva, mais importante é verificar se o desenvolvimento das práticas de bom governo nestes países serve directamente as funções principais do governo.

**E quais são essas funções?**

Contribuir para a optimização do desempenho das organizações, salvaguardar a sua reputação organizacional e garantir, desse modo, a continuidade das organizações na promoção de emprego, de progresso e de bem estar.

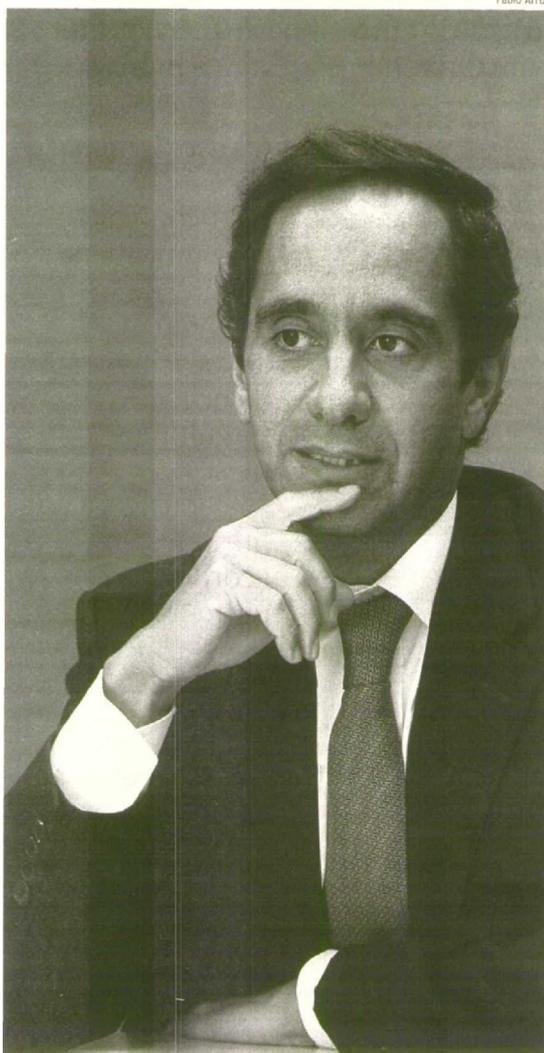
**Há casos específicos em que existam diferentes soluções para questões semelhantes? Se sim, pode identificar alguma?**

Uma interessante singularidade prende-se com o facto de em Portugal haver uma maior latitude de escolha quanto aos modelos de governo. Além do modelo clássico – centrado na existência de um conselho fiscal –, desde 2006 a lei faculta a escolha por um modelo próximo do anglo-saxónico, em que a fiscalização é confiada a uma comissão de auditoria composta por administradores não-executivos, ou ainda por um modelo dualista, no qual a fiscalização é exercida pelo conselho geral e de supervisão. Além desta tripla escolha, são facultadas diversas sub-modalidades dentro de cada modelo de governo, o que adensa a especificidade portuguesa em relação aos demais sistemas lusófonos.

**Que factores determinam a existência de soluções eventualmente distintas que tenham sido detectadas em alguns dos países analisados?**

São muito diversos os factores que afectam o sistema de governação de cada país: as escolhas de política legislativa, a tradição empresarial, a cultura de liderança e o modo de funcionamento das instituições. Por fim, nos países com um mercado de capitais desenvolvido – casos do Brasil, Moçambique, Cabo Verde e Portugal –, o corporate governance mostra um desenvolvimento particular, alinhado com o objectivo de protecção dos investidores.

**A colaboração entre juristas de diferentes países no âmbito do Governance Lab**



Fábio Arruda

São muito diversos os factores que afectam o sistema de governação das empresas em cada país: as escolhas de política legislativa, a tradição empresarial, a cultura de liderança e o modo de funcionamento das instituições.

**é para continuar? Pode estender-se a outras áreas de estudo no campo jurídico?**

Desde a sua criação em 2006, o Governance Lab tem vindo a alargar sensivelmente o âmbito temático e geográfico da sua actividade. Inicialmente era centrado no governo de sociedades anónimas numa perspectiva jurídica e puramente doméstica.

**E actualmente, há outras áreas?**

Actualmente, conta com especialistas de direito privado e de direito público, sendo a área de Governance público coordenada por Pedro Costa Gonçalves e Margarida Olazabal Cabral. Além disso, a partir do volume agora publicado, o Governance Lab assumiu-se como um grupo internacional, agregando juristas de sete jurisdições lusófonas diferentes.

**Curiosamente, a obra que Governance Lab lança esta quinta-feira em Lisboa já está publicada noutras jurisdições lusófonas...**

O livro "A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos" já foi lançado em Macau e Luanda, e será ainda lançado em Maputo, em Cabo Verde e no Brasil. No próximo livro, a ser publicado em 2014, daremos um passo mais: indo de encontro à multidisciplinariedade do tema, passaremos a contar também com contributos de professores de Finanças.

## Iniciativas editoriais do Governance Lab também têm objectivos solidários



As iniciativas editoriais do Governance Lab, tal como evidencia Paulo Câmara, não têm finalidade lucrativa. "O que move este grupo é o desejo, no seu estado mais puro, de contribuir para a discussão e o aperfeiçoamento das regras e das práticas na governação das organizações". Ainda segundo o fundador deste grupo de reflexão sobre temas jurídicos, as receitas provenientes da venda do livro "A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos" – obra a lançar em Portugal esta quinta-feira na Euronext Lisbon – serão exclusivamente destinadas ao Hospital Carmelo, unidade sanitária de referência para doentes de tuberculose e sida, situado na cidade de Chokwe, em Moçambique.